

# HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HISTÓRIA

apah

ISSN 0100-6932

ANO 3 NÚMERO 4  
JUNHO DE 1982



## **O MANDONISMO LOCAL E O MOVIMENTO REPUBLICANO**

**LUIZ CARLOS RIBEIRO**

Professor da Faculdade Católica de Administração e  
Economia e Mestrando em História Social na USP.

Liberaes ou conservadores são monarchistas, ou, pelo menos, querem viver à sombra da instituição monarchica contra a qual nós trabalhamos.

**Albino Silva**

**Pátria Livre, "orgam republicano", 21 jul. 1889**

### **RESUMO**

As transformações havidas no final do século XIX trouxeram a República no seu bojo.

O objetivo é o entendimento do processo político do movimento republicano no Paraná, bem como uma análise do comportamento das classes dominantes, suas divergências, seus interesses.

A Proclamação da República na Província irá evidenciar o caráter reformista do movimento, fazendo permanecer no poder a velha política do mandonismo da oligarquia monarquista.

### **O Quadro Nacional**

O entendimento da Proclamação da República no final do século XIX tem de ser encarado a partir de uma complexidade de elementos que se interligam.

O desenvolvimento econômico das áreas cafeeiras transformou-as no eixo político decisório e passaram a levantar a bandeira da reforma do regime com a eliminação da monarquia ineficiente, para responder às novas exigências que o capitalismo internacional e as transformações na economia brasileira impunham.

Somados aos interesses da oligarquia cafeeira, outros setores oligárquicos que se encontravam numa situação de estagnação econômica engrossaram o coro da oposição monárquica, muitos até por se sentirem prejudicados com a abolição.

A necessidade histórica da internacionalização do mercado colocou o principal produto brasileiro numa relação com as manufaturas dos países industrializados em desvantagem, mas que devido ao caráter ainda competitivo do mercado permitiu um espaço, dentro da lógica capitalista, da aristocracia agrário-exportadora dos países não industrializados, vir em defesa de um liberalismo econômico, reivindicando preços mais compensadores para seus produtos no mercado internacional.

Por outro lado, era preciso contemplar o interesse industrial emergente com uma política de protecionismo alfandegário que não seria, de modo algum, conflitante com os interesses da oligarquia fundiária, uma vez que o investimento do excedente do café em novos setores e a própria organização do trabalho assalariado desenvolveram o mercado interno no Brasil. Portanto, se os interesses entre oligarquia cafeeira e industrialistas, com relação ao mercado externo, eram difíceis de conciliar, isso não os tornava estruturalmente conflitantes.

Desse modo, as transformações que ocorreram no final do século XIX no Brasil, não se caracterizavam por um movimento revolucionário, liderados pelo “empresário paulista”<sup>1</sup>, mas se tratou muito mais da necessidade de reformar o modelo político econômico do que promover mudanças estruturais.

Como ilustração, no próprio seio do Partido Republicano havia duas alas — pelo menos as mais explicitadas — que divergiam quanto à forma de derrubada da monarquia. Havia a ala histórica, fiel ao Manifesto de 1870 — representada pelo Partido Republicano Paulista — que queria uma “evolução para a reforma”. E uma outra, minoritária, que propunha a revolução armada, acusando o manifesto de 70 de reacionário.<sup>2</sup>

Neste sentido resta-nos perguntar: quem então liderou o movimento pela República? Questão que Maria do Carmo Campello e Souza nos responde com muita propriedade:

1 Esta questão é tratada principalmente no trabalho de Jacob GORENDER. *O escravismo colonial*. (2. ed. São Paulo, Ática, 1978), de modo ainda embrionário, como o próprio autor admite.

2 CASALECCHI, José Enio. *A proclamação da República*. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 50-1.

“Eram de modo geral, os mesmos grupos políticos civis do Império, com nova nomenclatura, detentores também de privilégios especialmente os de propriedade, acompanhados do grupo militar ativo recém-chegado à arena política.”<sup>3</sup>

O espírito de oposição liberal que revestia a tradicional aristocracia agrário-exportadora, o era apenas do ponto de vista ideológico; na prática, para atender às peculiaridades do quadro interno, ela continuava conservadora e autoritária, pois a sua representatividade não era respaldada nem pelos seus pares nas Províncias<sup>4</sup> muito menos por bases populares.

Teria sido talvez por deter a hegemonia que a aristocracia cafeeira convenceu Deodoro<sup>5</sup> a efetivar o golpe militar<sup>6</sup> e, em seguida, estabelecer uma ditadura para garantir os seus propósitos de aperfeiçoar a instituição política às transformações econômicas, sem tornar o sistema vulnerável.

### O Quadro Paranaense

O estágio de desenvolvimento capitalista em que se encontrava a sociedade paranaense, por volta de 1889, configurava-se em uma crescente divisão social do trabalho<sup>7</sup>, seja pelo precoce abandono da mão-de-obra escrava em alguns setores da economia<sup>8</sup>, seja pelo processo imigratório<sup>9</sup> e abolicionista, introduzindo uma massa considerável de mão-de-obra livre no mercado.

Tendo os seus principais produtos vinculados ao mercado exportador — o mate e a madeira — o Paraná teve, no seu conjunto, uma estrutura social fundada também na agricultura de subsistência — principalmente as colônias de imigrantes ao redor de Curitiba — e na pecuária, voltada basicamente para um mercado mais restrito, face ao seu baixo nível de qualidade e concorrência de outras áreas no país.

3 SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na primeira República. In: BRASIL em perspectiva. 9. ed. São Paulo, Difel, s.d. p. 166.

4 A instabilidade do Governo Provisório, bem como de seus interventores estaduais no Paraná — em dois anos de governo, houve 11 governadores — além das sublevações nos primeiros momentos da República, como a Revolução Federalista, demonstram isso.

5 CASALECCHI, p. 87-8.

6 SOUZA, p. 166.

7 IANNI, Octavio. Raças e classes sociais no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972, p. 51.

8 BALHANA, Altiva Pilatti; PINHEIRO MACHADO, Brasil; WESTPHALEN, Cecília Maria. História do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1969. v. 1, p. 127-8. A indústria do mate já antes da abolição utilizava a mão-de-obra livre, como também outras manufaturas de menor expressão econômica. Devemos lembrar ainda que, com o desenvolvimento do café no oeste paulista, houve muita atração do escravo para aquela região encarecendo-o no mercado local.

9 BALHANA, et alii, p. 128. Entre 1872 e 1890 a população do Paraná cresceu 97%, fruto da entrada de imigrantes em grande escala.

Desse modo, a sociedade paranaense organiza-se com base em uma economia agrário-exportadora — de baixa demanda no mercado se comparada com o café — e de um setor de subsistência. E a sua elite, uma aristocracia originada substancialmente da economia pecuária, caracterizava-se por um conservadorismo e um distanciamento dos quadros de decisão nacional — com algumas exceções — exatamente pelo papel secundário que a economia do Estado representava no conjunto do país, de hegemonia cafeeira. Como demonstramos no título anterior, o caráter hegemônico da oligarquia cafeeira retirava do processo decisório outras frações oligárquicas.

Este caráter conservador da aristocracia agrário-exportadora paranaense justificava-se pela sua vinculação a um capital fundamentalmente comercial, cujo desempenho, o de circular mercadorias, não acumulava os componentes necessários para determinar mudanças significativas nas relações de produção. Em outras palavras, apesar de o desenvolvimento capitalista proporcionar um certo volume de acumulação, ele se desenvolveu limitado pelo capital comercial que se internacionalizou em direção a essas áreas não industrializadas (ou periféricas), não alterando nelas as suas forças produtivas. Desse modo, a classe que acumulava esse capital também não era revolucionária, mas reacionária, conservadora, buscando muito mais encontrar medidas reformistas na organização política e econômica, face à ineficiência de continuar gerando renda, do que medidas revolucionárias que pudessem pôr em risco a estrutura do poder, baseada no latifúndio e numa força de trabalho desorganizada e subserviente.

Diante da necessidade de manter a propriedade, a sociedade campeira<sup>10</sup> institucionalizou-se através de uma aristocracia que, com o desenvolvimento de uma economia de mercado externo — com o mate — e a persistência de áreas de subsistência, consolidou-se politicamente baseada na manutenção de seus interesses econômicos e sociais.

Essas relações de produção determinaram o aparecimento de relações sociais de dependência do produtor direto ao capitalista, mas ainda num processo de cristalização de se tornarem exclusivas, portanto não hegemônicas.

O negro não era mais escravo, tornou-se trabalhador livre.

<sup>10</sup> Sociedade organizada na região dos Campos Gerais, no Paraná, a partir da criação de gado, hegemônica durante os séculos XVIII e XIX.

Livre, ele estará só e escoteiro dos meios de subsistência, dos instrumentos de produção. E tomará consciência de que não tem meios de consegui-los, salvo pela venda da sua força de trabalho, operação essa para a qual não foi preparado. O mercado de trabalho, ainda incipiente, será uma entidade à qual o novo trabalhador livre se adaptará demoradamente. (...) O abolicionismo é também um produto das transformações econômicas que vinham gerando modificações na sociedade. Mas, como as modificações não são radicais e profundas, tanto o homem como o sistema econômico-social continuam, persistem, em alguns dos seus componentes.<sup>11</sup>

A imigração também coloca, na sociedade paranaense, um contingente de mão-de-obra livre que se constituiu, na maioria das vezes, em pequenos proprietários, na cidade ou no campo.

Como reflexo dessa maior procura do Brasil, pelos imigrantes, nas décadas de 1880, 1890 e 1900, foram estabelecidos mais de 40 novos núcleos no Paraná, ora com apoio do governo central, ora por iniciativas particulares ou estaduais, conforme mudavam as diretrizes da oscilante política imigratória. Em cem anos de colonização — de 1829 a 1911 — mais de 100 núcleos foram fundados no Paraná, e cerca de 100 mil colonos foram localizados em seu território.<sup>12</sup>

Portanto, parte dessa massa de negros libertos e brancos imigrantes compôs o conjunto dos trabalhadores livres nas indústrias e no comércio do Paraná. A grande maioria dos imigrantes formaram colônias de subsistência vinculadas ao mercado local, pois o desempenho pouco agressivo da economia desestimulava o desenvolvimento do trabalho como valor de troca, como mercadoria, fazendo permanecer relações tradicionais de dependência e favor.

E era essa a situação do principal produto de exportação, a erva-mate que, se teve um índice crescente de exportação no período, não contribuiu para diminuir o déficit na balança de pagamentos pois, diante da concorrência argentina, que passou a beneficiar o mate para seu consumo, ti-

11 IANNI, p. 50.

12 BALHANA et alii, p. 183.

venos de exportá-lo em rama, o que trouxe séria estagnação e desemprego no ramo ervateiro.<sup>13</sup>

No ramo industrial em geral, desenvolveram-se setores muito dependentes das condições de oferta de matéria-prima local e da não-exigência de trabalho qualificado. Predominaram, nesse final de século, fábricas de beneficiar erva-mate, olarias, fábricas de cerveja, de sabão e velas, de barricas, de queijo, vinhos e licores, estabelecimentos manufatureiros de móveis, calçados, chapéus, de vidro e fósforos e serriais.<sup>14</sup>

Em 1897, diz Afonso Costa, consoante um cômputo digno de fé, existiam no quadro urbano de Curitiba 449 casas comerciais; 15 engenhos de beneficiar erva-mate; 12 fábricas de barricas; 1 de desfiar fumo, 1 de fósforo, 1 de cola, 1 de fogos, 1 de gelo, 1 de serralheiro e fundição a vapor; 8 oficiais de serralheiro, 4 tanoeiros; 2 ourives; 16 ferreiros; 4 engenhos de serra; 24 olarias nos arredores; 20 fornos de cal virgem em Tamandaré, a duas léguas de Curitiba.<sup>15</sup>

Esse quadro demonstra com clareza a predominância do capital comercial e da produção manufatureira, concentrado em uma área urbana, e como pólo de absorção de uma extensa e próxima área de subsistência.

Parece-nos que não foi este o momento histórico em que a “racionalidade capitalista” penetrou nas relações de produção no Paraná. A desagregação da sociedade campeira, com a perda do braço escravo e do comércio do gado, é absorvida pela aristocracia que usa da prática do coronelismo, do mandonismo, para se respaldar e se manter no poder. Nesse sentido, apoiou o golpe militar de Deodoro, buscando na forma federativa maior poder de barganha nas relações comerciais internas e externas. É nesse contexto que inserimos o Paraná no ano de 1889, ano da liquidação do Império e início da República.

### As Oligarquias “Radicais”

Em 1889 “a situação política do Paraná era praticamente a mesma de todo o período Provincial (...)”<sup>16</sup> A alter-

13 PADIS, Pedro Calli. *Formação de uma economia periférica: o caso paranaense*. São Paulo, 1970. p. 67-9. Tese, Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

14 IANNI, p. 57.

15 IANNI, p. 57.

16 BALHANA et alii, p. 184.

nância no poder que se dava na Corte repetia-se aqui. Os Conservadores estavam no governo desde 1886. Em junho de 1889, com a queda do Gabinete Conservador de João Alfredo e ascensão do Gabinete Liberal de Visconde de Ouro Preto, assume, no Paraná, o principal líder Liberal, Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá que, junto com Manuel Alves de Araújo, formava a família dos Barões de Tibagi e dos Campos Gerais, “a mais poderosa oligarquia local, durante todo o tempo da Província do Paraná”.<sup>17</sup>

O Partido Conservador era chefiado por Manuel Antonio Guimarães (Visconde de Nacar) e por Manuel Francisco Correia (Senador do Império), “ambos pertencentes também a poderosas famílias que no litoral controlavam o comércio importador e exportador da erva-mate”.<sup>18</sup> Portanto, em ambos os partidos predominavam oligarquias tradicionais.

O fenômeno observado pela professora Westphalen,<sup>19</sup> da predominância da aristocracia fundiária entre os Liberais e do grupo comercial entre os Conservadores, é relativamente explicável, pois aristocracia exclusivamente agrária ou exclusivamente comercial inexistia no Paraná. Como vimos nos títulos anteriores, estavam umbilicalmente ligadas, donde as divergências eram mais de cunho pessoal, superficiais. Nomes como Vicente Machado, Menezes Dória, Jesuino Marcondes, Generoso Marques, todos de origem “liberal” e oriundos do planalto, buscavam sobreviver ao regime falido, por isso o seu “radicalismo”.

A “unidade partidária” era muito frágil. Em 1888, na Assembléia Provincial, Vicente Machado declarava-se publicamente como republicano.<sup>20</sup> Depois da vitória republicana, Vicente Machado e Generoso Marques tornaram-se inimigos, chefiando agremiações políticas oponentes. João Menezes Dória, também liberal, chefiou o governo revolucionário provisório — instalado a 20 de janeiro de 1894 — da Revolução Federalista no Paraná que depôs o governador Vicente Machado. Este rápido quadro nos deixa à vontade para afirmarmos que as alianças ou os partidarismos eram meramente convencionais. Afinal, como veremos, o movimento republicano no Paraná teve o apoio de setores do fracionado Par-

17 BALHANA et alii, p. 148-9.

18 BALHANA et alii, p. 148-9.

19 BALHANA et alii, p. 148-9.

20 BALHANA et alii, p. 148-9. A professora Westphalen registra em data anterior essa declaração: “(...) em 1881, de Castro, Vicente Machado apresenta, embora sem êxito, a sua candidatura republicana à Assembléia Provincial”. (p. 185). Ainda na mesma obra: “Nas eleições de 1887, Vicente Machado apresentara-se candidato à Assembléia Provincial pelo Partido Liberal e fora eleito. Sua atuação foi porém, republicana, tornando-se desde então chefe do partido no Paraná”. (p. 186).

tido Conservador, fortalecendo a frágil agremiação republicana. Quer dizer, os liberais são “radicais”, mas são os conservadores que ultimam a República.

### A Propaganda Republicana e as Dissidências

Os primeiros clubes republicanos foram fundados em Curitiba (1885) e em Paranaguá (1887). Em Curitiba o primeiro presidente foi Eduardo Mendes Gonçalves, eleito numa assembléia com a presença de 30 membros que afirmavam ser o Clube uma sociedade político-literária.<sup>21</sup>

Na imprensa, o movimento republicano teve o seu primeiro sinal na Província com o “Operário da Liberdade”, de Barros Jr., que fazia propaganda do abolicionismo e republicou o “manifesto de 70”. Mas foi com a “Livre Paraná”, de Fernando Simas e Guilherme Leite, surgido em Paranaguá a 7 de julho de 1883, que a propaganda sistematizou-se.<sup>22</sup> A 15 de março de 1886 começou a circular semanalmente, como órgão do Partido Republicano Paranaense, “A República”, fundado por Eduardo Mendes Gonçalves e Joaquim Antonio Silva.<sup>23</sup> A 7 de abril de 89, surge em Paranaguá o “Pátria Livre”, ardoroso propagandista da república, fundado por Albino Silva.<sup>24</sup> Será, então, através da imprensa que procuraremos dar um quadro da campanha republicana, permeada, é claro, pelo confronto constante entre liberais e conservadores.

Em janeiro de 1889, em pleno governo conservador, o jornal liberal “Dezenove de Dezembro” acusara o Sr. Balbino da Cunha — Presidente da Província — de não convocar a assembléia e impor impostos, suprimindo

o princípio constitucional de que os impostos só pelos legítimos representantes do povo podem ser votados e, lançou a província no regimen da dictadura (...). [E ainda,] não pode ser mais triste, nem mais desoladora a situação governamental da província. Trabalhada por uma crise econômica e comercial, que se faz penosamente sentir em todas as profissões, administrada pessimamente, por melhor dizer — a esmo e ao caso; tolhida em seu movimento para o progresso; nunca se lhe impoz com

21 MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba, Ed. Guaíra, s.d. p. 462-3.

22 MARTINS, p. 464.

23 BALHANA et alii, p. 187.

24 PILOTTO, Oswaldo. *Sinopse histórica do Paraná*. In: *GUIA Globo de exportação e importação do Paraná*. Porto Alegre, 1953. p. 4-8.

tão momentos a necessidade e concurso dos seus representantes a fim de debellar as causas que contribuem para um estado que o governo, com as mãos na cabeça, deplora, mas que não teve critério, nem capacidade, nem força de vontade bastante para conjurar.<sup>25</sup>

É muito importante, para o nosso trabalho, o registro dessa crítica dos liberais, nesse momento fora do governo, aos governistas conservadores.

Em contrapartida a “Gazeta Paranaense” — “órgão do Partido Conservador” — publicava manifestações de irrestrito apoio dados por inúmeras personagens, como Santos Andrade, Barão do Serro Azul, Visconde de Nacar ao governo<sup>26</sup> e fazia críticas ao que chamava de “ideias utópicas da república e de sua proposta de uma reforma agrária, onde as terras terão de ser divididas entre os proletários.”<sup>27</sup>

Como vamos perceber, a facção que se encontrava fora do governo, na oposição, reivindicava-se democrata, de lutar contra a ineficiência administrativa e a corrupção, assumindo ares de vítima quando seus correligionários perdiam cargos de confiança política no governo.

Em março, o “Dezenove de Dezembro” anunciava uma reunião do Diretório Conservador, convocados por Rocha Pombo,<sup>28</sup> Dr. Justiniano de Mello e Silva, Zacarias de Paula Xavier e outros, onde afirmavam que buscariam “um Directorio que dê ao Partido Conservador uma organização solida e duravel, baseada sobre o voto livre do eleitorado.” Em seguida, num tom lacônico, mas picante, “contamos que o Barão do Serro Azul, Dr. José Pereira dos Santos e Eduardo A. Vasconcelos Chaves vão convocar outra reunião para constituir-se outro directorio conservador”.<sup>29</sup> e no dia 20 de março anunciava a formação de mais um diretório comandado pelo Barão do Serro Azul.<sup>30</sup>

Este momento é muito importante para o quadro político da Província, pois nos mostra o momento da ruptura no Partido Conservador e que não é apenas local. Da Corte chegavam notícias de que o Ministério Conservador de João Alfredo era demissionário e este fato evidentemente acelerou o fracionamento do partido.

25 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 31 jan. 1889.

26 GAZETA PARANAENSE, Curitiba, 11 jan. 1889 e 25 jan. 1889.

27 GAZETA PARANAENSE, Curitiba, 23 jan. 1889.

28 BALHANA et alii, p. 185.

29 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 2 mar. 1889.

30 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 20 mar. 1889.

D. Pedro II convocou o liberal Visconde de Ouro Preto para organizar um novo Gabinete, este munuiu-se das medidas de reformas propostas pelo Congresso do Partido Liberal<sup>31</sup> no sentido de anular o avanço das idéias republicanas.<sup>32</sup> Questão que o "Pátria Livre", de Paranaguá, considerava como sendo manobras dos Liberais,

não nos surpreendeu a notícia da queda da situação conservadora. Tínhamos previsto esse resultado em face das circunstâncias que deram causa a uma crise tão demorada, sendo uma dellas as divergencias q'reinavam profundas no seio do partido decaído. Um novo Ministerio deste partido seria prolongar a existência de um moribundo, e ahi teríamos, ao lado da corôa, em vez de sete ministros curando os interesses da patria, sete enfermeiras de um partido e de uma monarchia prestes também a succumbir.

O regosijo, porem, dos liberaes que hoje assomam as sacadas da governação; esse regosijo que veio apoz tanta lisonja às instituições juradas; que os arrastou ao mais baixo aulicismo por um fingido amor à monarchia, terá breve desillusões.

Um dos pontos do celebre programma liberal, não esqueçamos, é a repressão a propaganda republicana (. . . .). [Para em seguida fazer uma ameaça,] as armas que hontem manejavamos para profligar os abusos do poder, hoje se acham apontadas para o seu lado sempre em nome do mesmo principio

31 CASALECCHI, p. 82. Eis alguns pontos do programa Liberal: 1) "alargamento do voto", sendo eleitor todo cidadão que soubesse ler e escrever; escrutínio secreto, aumento do número de deputados; 2) maior autonomia para as Províncias e Municípios; 3) reforma da administração provincial — o presidente de provincia seria nomeado pelo Imperador dentre os cidadãos indicados em lista triplíce por votação direta dos eleitores; 4) direito de reunião; 5) casamento civil obrigatório; 6) plena liberdade de cultos; 7) temporariedade do Senado e reforma do Conselho de Estado; 8) liberdade do ensino e melhoria de sua qualidade; 9) redução dos direitos de exportação; 10) incentivo à imigração; 11) lei que facilitasse a aquisição de terras públicas; 12) criação de estabelecimentos de crédito para proporcionar mais recursos à lavoura; 13) redução dos fretes.

32 Depoimento do Visconde de Ouro Preto ao Imperador: "Vossa Magestade terá seguramente notado que em algumas provincias agita-se uma propaganda ativa cujos intuitos são a mudança da forma de governo. Essa propaganda é precursora de grandes males, porque tenta expor o país aos graves inconvenientes de instituições para que não está preparado, que não se conformam às suas condições e não podem fazer a sua felicidade. No meu humilde conceito é mister não desprezar essa torrente de idéias falsas e imprudentes, cumprindo enfraquecê-la, inutilizá-la, não deixando que se avolumem. Os meios de conseguilo não são os da violência ou repressão, consistem simplesmente na demonstração prática de que o actual sistema de governo tem a elasticidade bastante para admitir a consagração dos principios mais adiantados, satisfazer todas as exigências da razão pública esclarecida, consolidar a liberdade e realizar a prosperidade e grandeza da pátria, sem perturbação da paz interna em que temos vivido durante tantos anos. Chegaremos a este resultado, Senhor, empreendendo com ousadia e firmeza largas reformas na ordem política, social e económica, inspiradas na escola democrática. Reformas que não devem ser adiadas para que não se tornem improfficuas". Citado por CASALECCHI, p. 80-1.

que defendemos. Estamos, pois, em nosso posto. [E denunciava a velha política de tirar dos cargos públicos todos os inimigos políticos, como] (...) vinganças caprichosas e pequeninas dos partidos que se apoiam na instituição carunchosa da monarquia brasileira.<sup>33</sup>

Mas, evidentemente não era essa a opinião dos Liberais da Província que exaltavam, como solução, as suas propostas e arriscavam até uma crítica à centralização, certamente um pouco à revelia dos chefes, num desabafo pela crise econômica pelo qual passava o Paraná. Desse modo posicionavam-se os Liberais:

Não mais se dirá (...) que somos uma agremiação de homens que visam apenas o poder; que nada ha mais parecido no Brasil do que um conservador com um liberal.

É irritante que em um paiz que conta população superior a 12 milhões de indivíduos, somente 200 mil gozam de direitos políticos.

(...) com igual força impõe-se à opinião a da autonomia das provinciais atrophiadas em seu desenvolvimento pela hydra da centralização, que paralyza os seus movimentos. Si às províncias pertencesse o governo local, não soffreria o Paraná o triste e doloroso espetáculo que todos presenciámos com magoa, sem deparar um correctivo para os erros e abusos de uma administração impossível em um regimen autonomo.<sup>34</sup>

Mas acabam fechando em apoteose, “ou os liberaes com seu programma ou ohaos”<sup>35</sup> Com relação ao Partido Conservador, são categóricos: “o Partido Conservador desaparecerá por inútil e em breve será apenas uma curiosidade archeologica no nosso museu politico”<sup>36</sup>

Para os Conservadores — a dificuldade é saber quem fala pelo partido! — só lhes restava saudar o advento dos Liberais, reconhecendo as dificuldades por que passava o Partido e prometendo apoio, mas advertem,

(...) que a arvore frondosa já está se sentindo impressionada até as radículas pelo primeiro sopro

33 PÁTRIA LIVRE, Paranaguá, 9 jun. 1889.

34 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 25 maio 1889.

35 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 5 jun. 1889.

36 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 11 jun. 1889.

do vento precursor da tempestade que ainda vem longe, e que um verme traçoeiro, encontrando essas raízes cheias de boa seiva e lombrigando nelas o desejado pasto para o seu organismo faminto, começa por baixo o seu trabalho latente e eterno de destruição, irá sugando pouco a pouco a vida do gigante da floresta, e ele um dia cairá inesperadamente, como cahiu a outra arvore que lhe interceptava a luz do sol, despertando os echos com o estrondo dessa quéda, e deixando então vazia, por sua vez uma grande parcella do espaço.<sup>37</sup>

### O Último Governo Monárquico

A 16 de junho, Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, Presidente, e Joaquim J. Alves, Vice, assumiam o comando político do Paraná. A posse foi saudada por Liberais e Conservadores. Jesuino falou da dívida da Província e traçou um quadro nada animador da economia provincial.<sup>38</sup> E como já era uma tradição na política, iniciou um processo de substituição nos cargos públicos, colocando homens de sua confiança política.<sup>39</sup>

Na Corte, o governo fechava o Congresso e convocava eleições para Deputados à Assembléia Provincial (1.º de setembro) e Geral (1.º de agosto). Os Liberais foram os primeiros a definir seu candidato a Deputado Geral, o Dr. Generoso Marques dos Santos, que já tinha um programa definido: “a descentralização, por meio de conveniente autonomia administrativa das Provincias. D’ahi à federação não vai mais que um passo”.<sup>40</sup> É evidente o reformismo da proposta liberal. No Rio, o chefe dos liberais, Visconde de Ouro Preto, não deixava por menos:

Viva a monarchia, que é a forma do governo que a immensa maioria da nação abraça e a unica que pode fazer a sua felicidade e a sua grandeza. Sim, viva a monarchia brasileira, tão democrática, tão abnegada, tão patriótica, que seria a primeira a conformar-se com os votos da nação e a não lhes

37 GAZETA PARANAENSE, Curitiba, 13 jun. 1889.

38 PARANÁ. Governo. 1889 (Sá). Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná no dia 15 de julho de 1889 pelo presidente da Província conselheiro Jesuino Marcondes d’Oliveira e Sá. Curitiba Typ. Dezenove de Dezembro, 1889.

39 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 22 out. 1889. Nesta data foi publicada a 13.ª Sessão Ordinária, de 24 de setembro, da Assembléia Provincial, onde se debateu o direito ou não que tem o Presidente em promover demissões por motivos políticos.

40 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 1 jul. 1889. p. 2.

opor o menor obstáculo, se ella, pelos seus órgãos competentes, manifestasse o desejo de mudar de instituição.<sup>41</sup>

É óbvio o desejo dos Liberais de promoverem reformas sob a ordem e segurança. Parece que, agora no governo, perderam o radicalismo de quando na opposição.

Quanto a candidaturas, Conservadores e Republicanos abrem uma vigorosa discussão interna. Somente algumas vozes se fazem ouvir com clareza; e uma dessas é digna de ser citada. É a do Diretor do "Patria Livre", Albino Silva, republicano declarado, que expressa sua opinião no editorial do dia 21 de julho:

Bem sabemos que cada um de nossos co-religionários saberá cumprir com o seu dever quando fôr chamado às urnas, no pleito que se vae ferir a 31 do mez proximo; entretanto achamos conveniente repetir que o nosso posto é não divergir do pensamento do republicano honesto e sincero, e não nos desviar um só ponto da linha traçada pela disciplina. Propala-se que iremos ajudar a chapa conservadora, o que é simples invenção, fructo do receio de que o nosso voto possa influir para a derrota do candidato liberal.

Quanto nos parece, não é infundado o receio de que o nosso voto possa fazer pender a balança para o lado em que se manifestar; mas não podemos atinar com a conveniencia que possa dahi advir nosso partido ou as nossas aspirações. Pelo simples prazer de derrotar o governo?

Mas o candidato conservador nada nos garante nem mesmo promete em apoio das nossas idéias. E depois, a que nos conste, esse partido não chegou ainda em accordo sobre candidato. Dividido em duas facções, uma destas parece nem fazer questão de interesse partidario, mas sim de família, tanto assim que deixa de ceder à outra com prejuizo da victoria do seu partido nas urnas.

E seremos então nós os republicanos que havemos de ir em auxilio de uma chapa repudiada pelos proprios conservadores?

E seremos nós q'iremos apoiar a candidatura de um moço, aliás distincto pelo seu character e pelo

41 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 22 jun. 1889.

nome de seus maiores,\* mas q' é o representante dessa politica feudataria à qual devemos o atrazo em que ainda vivemos? ( . . . )

Liberaes ou conservadores são monarchistas, ou, pelo menos, querem viver à sombra da instituição monarchica contra a qual nós trabalhamos.

Pela nossa parte confessamos que o eleitorado republicano daria uma prova de falta de orientação politica ligando-se a qualquer dos partidos monarchicos. Repugna-nos até pensar em semelhante cousa, e temos tanta confiança no caracter de nossos co-religionários que garantimos a inverdade do que se propala a cerca do seu apoio ao candidato conservador.<sup>42</sup>

Quanto aos Conservadores, um setor significativo acabou abraçando as propostas dos Liberais, com o argumento de que "o reptil monstruoso que pretende esmagar-nos, suffocando a monarchia", a República, seria o seu inimigo principal no momento e por isso a solidariedade a Jesuino Marcondes, pois "( . . . ) o novo presidente não permitirá o republicanismo ( . . . ) confiamos nas suas promessas ( . . . )" <sup>43</sup> E quando eram criticados de estarem bajulando em demasia os liberais, reafirmavam-se conservadores e que o que desejavam era o bem da sociedade e a estabilidade e firmeza dos partidos monárquicos, para a garantia da paz da nação.<sup>44</sup>

Porém, apesar de sérias divergências no seu interior, o Partido Conservador indicava o Dr. Manoel Correia Júnior, filho de um dos chefes do Partido e Senador do Império. O "Dezenove de Dezembro", liberal, menosprezava, com inteligência, o candidato oponente.<sup>45</sup> De qualquer forma, a polémica que se abria na imprensa deixa evidente que a indicação de Correia Jr. foi imposta por um grupo oligárquico, conforme demonstra este editorial do "Sete de Março":

é falso que o candidato apresentado à deputado geral por um jornal desta cidade,\* tivesse sido recomendado pelas influencias paroquiaes, convocadas clandestinamente por alguns cidadãos aqui residentes ( . . . )

\* Refere-se o editorialista ao filho do Senador Manuel Francisco Correia, chefe conservador.

42 PATRIA LIVRE, Paranaguá, 21 jun. 1889.

43 GAZETA PARANAENSE, Curitiba, 15 jun. 1889.

44 GAZETA PARANAENSE, Curitiba, 26 jun. 1889.

45 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 18 jul. 1889.

\* O jornal a que se refere, trata-se do "Tribuna".

Não são os conservadores tão beócios como querem fazel-os; nem a provincia está disposta a permanecer sob o domicinio de uma pandilha, que, depois de esvasiar os cofres publicos e arruinar os creditos da administração, quer pavonear-se com as adhesões e suffragios que o povo costuma dispensar e conceder aos seus eleitores. Nós, conservadores, não podemos nem devemos encampar os erros e abusos da politica pessoal que está felismente estrebuchando, e será varrida do solo da provincia.

Não, essa gente não pode apresentar candidatos, nem pedir votos (. . . .)

Em nome do eleitorado conservador, das suas verdadeiras e legitimas influencias, em nome dos brios da provincia, declaramos que, nas emergencias, o unico procedimento compativel com a dignidade civica é a abstenção em massa, para tornar impossivel candidatura, ou o combate em torno de nova bandeira, se a provocação e o acinte nos levarem ao desespero.<sup>46</sup>

Quer dizer, entre ter de aceitar a candidatura de um Correia, era preferível ou abstenção ou bandear para outro partido.

Essas divergências no seio conservador explicitavam-se também nos debates na Assembléia Provincial quando os deputados Coriolano Mota, Teixeira de Freitas, Justiniano de Mello, Ricardo Nascimento, entre outros, mesmo reafirmando-se conservadores, apoiavam a política administrativa de Jesuino Marcondes.<sup>47</sup> Outros, ainda, como era o caso do Barão do Serro Azul, apoiavam o nome do Dr. Vicente Machado para Deputado Geral, mas que, por este ser republicano, tem seu nome rechaçado publicamente<sup>48</sup> pelos mesmos dissidentes que não aceitavam a candidatura Correia Jr. Este mesmo grupo acaba indicando o nome do Deputado Provincial Justiniano de Mello à Assembléia Geral.<sup>49</sup>

Em síntese, era esse o quadro entre os conservadores quanto à indicação de candidato à Assembléia Geral, e que mostra o grau de fracionamento do partido e as divergências quanto às idéias republicanas: 1) o Senador Manuel Fran-

46 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 22 Jul. 1889.

47 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 30 Jul. 1889.

48 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 2 ago. 1889.

49 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 2 ago. 1889. "As atenções aqui estão voltadas para o Dr. Justiniano de Mello. Os conservadores veem que é o único homem capaz de vingar todos os desastres sofridos pelos conservadores".

cisco Correia, chefe do partido, apoiava a candidatura de seu filho, Dr. Correia Jr., engenheiro radicado fora do Estado e sem nenhuma representatividade eleitoral. Esta conduta reflete muito bem o mandonismo local, fundado no personalismo do velho senador quçe, antiliberal e anti-republicano, impõe a sua vontade;

2) o Deputado Provincial, Barão do Serro Azul, também chefe partidário, aproximou-se dos republicanos, propondo, em troca do apoio aos candidatos conservadores à Assembléia Provincial, o apoio destes ao republicano Dr. Vicente Machado que seria indicado pelo 2.º Distrito Eleitoral para Deputado Geral. Fica evidente, aqui, a abertura, ao menos tática, do Barão às idéias republicanas e a não-concordância com o nome do Dr. Correia Jr., pois indica o Dr. Vicente Machado;

3) o grupo dissidente, apoiado pelo jornal "Sete de Março", rejeitava o republicanismo, rejeitava também o mandonismo dos chefes conservadores e, por falta de uma força própria, oscilava entre a candidatura tímida de Justiniano de Mello e o apoio aos Liberais. Acabaram diluindo-se no interior destes.

Também na agremiação republicana havia fracionamentos. Um grupo, com voz no jornal "A República", estaria optando pela aliança com os Conservadores, conforme proposta do Barão. O partido reuniu-se no Club Republicano no dia 13 de agosto e a maioria — representada na imprensa pelo "Patria Livre" — deliberou contra o apoio aos conservadores,<sup>50</sup> pois não lhes interessava comprometimento com nenhum partido monárquico. Chegaram a propor abstenção, mas concluíram que acabariam fortalecendo os Liberais. Por isso, numa eleição prévia, indicaram para Deputado Geral o engenheiro Eduardo Mendes Gonçalves e vários nomes à deputância provincial.<sup>51</sup>

Ao final, Conservadores e Republicanos saíram com candidaturas próprias, com o Dr. Vicente Machado contentando-se a concorrer a uma vaga na Assembléia Provincial.

Diante do fracionamento da "oposição", nas eleições acabaram vitoriosos os situacionistas liberais. A Monarquia estava salva. A revolução fora dominada. Os votos somados do Dr. Correia Jr. (Conservador), com os do Dr. Eduardo Gonçalves (Republicano), não alcançavam a votação do Dr. Generoso Marques (Liberal).

50 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 16 ago. 1889.

51 Os candidatos a Deputados Provinciais foram os seguintes: Guilherme José Leite (negociante), Francisco José de Souza (negociante), Albino José Silva (jornalista/industrial), Alvaro Nobrega (negociante/industrial), Mauricio Sinke (industrial/negociante), Dr. Victor do Amaral (médico) e outros. DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 14 ago. 1889 e PÁTRIA LIVRE, Paranaguá, 16 ago. 1889.

Para os Liberais o regozijo foi geral. Passaram a se considerar o partido da unidade que falava em nome dos paranaenses.<sup>52</sup>

Os Conservadores na "Tribuna" reconheciam a força do candidato liberal: "A vista dos factos, é fóra de duvida que o Sr. Dr. Generoso Marques dos Santos, hoje e para sempre, é o único candidato viavel por este districto, pois concentra em sua illustre pessoa o voto plebiscitário do nosso povo, sem distincção de partidos (. . . .)"<sup>53</sup>

Já para os republicanos, fragorosamente derrotados, o resultado eleitoral não foi aceito como natural, principalmente entre o grupo mais radical:

Por ventura a derrota dos candidatos republicanos, mesmo daquelles que tinham a esperança de vencer, importa a derrota da idéa?

Não: em parte alguma isso poderia ser admitido, e muito menos em um paiz como o nosso onde o governo, por mais enfraquecido que seja o partido donde surge, nunca perde eleição, pois isto q'aqui se chama — consultar a nação — é um pretexto futil e hypocrita, arma de dous gumes, creada pela Constituição para engodo deste povo beocio, para ferir a todos os partidos em proveito da monarchia.

[E acusavam os Conservadores e a "compra de votos" de terem permitido a vitória do partido governista.]

(. . . .) a scisão de um grupo de conservadores despeitados e ambiciosos que se ligaram ao partido do governo e com o qual fez a vergonhosa transacção que todos nós sabemos. Porem, o que mais concorreu para a grande victoria do candidato liberal foi a completa falta de character de uma grande parte do eleitorado que miseravelmente se deixou vender pelo dinheiro do governo, que infelismmente é também o dinheiro dos homens honestos de todos os partidos! Foi essa horda de miseráveis sem consciencia nem pudor, verdadeiros residuos apodrecidos, prostitutos politicos, que, sahindo do antro infecto em que vivem foram nodoar com o seu contacto os homens de bem do partido liberal.<sup>54</sup>

52 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 1 out. 1889.

53 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 5 set. 1889.

54 PÁTRIA LIVRE, Paranaçuá, 8 set. 1889.

Mas apesar dessa lucidez política, a derrota abalou os republicanos.

Realmente o Paraná é a única província do Sul onde o movimento republicano pouco se tem manifestado, e, a julgar por essa pouca manifestação, ella está mesmo longe de corresponder as sympathias e as esperanças dos grandes centros.

Apresentam justificativas do tipo “província nova, creança apenas desperta aos rumores do progresso” ou “não obstante a falta de adesão franca ao nosso partido, nós sentimos pulsar no coração dos paranaenses vivas sympathias pela causa da república. [E compara a oposição dos paranaenses também ao movimento abolicionista, mas justifica]: A questão do negro chocava interesses pessoas, tirava a muitos cidadãos o que elles tinham como sagrado direito de propriedade, ao passo que a monarchia só choca o interesse de uma familia, de uma dinastia.<sup>55</sup>

Esta dinastia a que se referia o “Patria Livre” era a oligarquia dominante no Paraná que, como vimos, estava unicamente preocupada em participar do governo, de garantir o seu prestígio. Se alguns setores desta elite passaram a levantar a bandeira da República, era por se encontrarem fora do governo e pelo caos em que a ineficiência da monarchia, ou do próprio modelo econômico, jogava as Províncias de recursos menores.

Se o movimento republicano no Paraná não era expressivo, como colocou a Prof.<sup>a</sup> Westphalen,<sup>56</sup> afirmarmos que a República foi possível pela “omissão dos monarchistas”, muito pouco esclarece, pois na verdade a República só se deu com a participação dessas oligarquias, através de um golpe militar que garantisse a ordem instituída.

Passadas as eleições a normalidade política retornou. Fortalecido, o governo continuava sua rotina e a oposição, enfraquecida, limitou-se a acusações esparsas em relação à ilegalidade das verbas para a educação, aumento do imposto sobre a carne e outras mercadorias importantes, demissões de oposicionistas, etc. Somente os republicanos radicais man-

55 PÁTRIA LIVRE, Paranaguá, 22 set. 1889.

56 BALHANA, et alii, p. 184-8.

tiveram as suas idéias acesas, apesar de se sentirem débeis e sem rumo.<sup>57</sup>

A República foi proclamada no Rio sem qualquer envolvimento das oligarquias locais. E o golpe consolidou-se pela participação conivente delas, acatando, na prática, em nome da ordem e da segurança, as medidas tomadas para, em seguida, a nível nacional e local, passarem a disputar o governo.

As notícias da proclamação chegam ao Paraná como “a mais agradável surpresa”<sup>58</sup> para os republicanos. O mais importante foi como o governo liberal de Jesuino Marcondes recebeu a notícia do golpe, convocando uma reunião para o dia 17 de novembro, quando

(...)S.Ex. — o Presidente da Provincia — expoz o fim da reunião, dizendo que, ante os acontecimentos que acabam de dar-se no paiz e que tiveram por immediata consequencia a eliminação do regimen monarchico e a retirada da familia imperial, julgou acertado que o partido liberal da provincia tomasse logo a attitude que o patriotismo impõe a todos os brazileiros, nas emergencias actuaes. Nesse sentido, S. Ex. entendeu que os membros dos velhos partidos nada mais cumpria sinão aceitar os factos consumados, ter toda calma e prudencia, de modo a prestar cada qual o seu concurso á patria para a construcção do novo regimen. Assim que S. Ex. julgou do seu dever, pensando interpretar os sentimentos geraes dos seus adherentes politicos, endereçar ao chefe do governo provisorio uma mensagem de adhesão; e para esse seu procedimento pedia a approvação dos cidadãos presentes, confiando também na de todos os amigos das demais localidades e em geral na de todos os paranaenses. Disse ainda S. Ex. que convinha tomar uma denominação para o novo partido, e reorganiza rao mesmo tempo a imprensa. Em seguida, pediu a palavra o Sr. Dr. Generoso

57 Eis a posição dos republicanos: “O partido republicano precisa tomar precauções urgentes que os fatos ultimamente sucedidos estão reclamando. É necessário encararmos as coisas como elas realmente são e deixarmos-nos de contemporisar mais; precisamos agir. Para isto é de toda conveniência que os centros mais influentes tomem deliberações enérgicas a fim de sabermos como proceder nas emergências atuais. É sabido que pouco ou nada podemos influir para a boa marcha do partido, mas em todo caso, apesar de pequenos, queremos concorrer com o nosso fraco apoio para a realização de tudo quanto mais presamos — a República —. Venha ela de qualquer forma, si for preciso destruir para construir destruamos, contanto que tenhamos a satisfação de dizer: somos livres!” PÁTRIA LIVRE, Paranaguá, 20 out. 1889.

58 PÁTRIA LIVRE, Paranaguá, 25 nov. 1889.

Marques, e em breve discurso applaudio a conducta do illustre chefe Sr. conselheiro Marcondes e indicou que o novo partido tomasse a denominação de partido republicano federalista (. . . .) <sup>59</sup>

Essa era a principal preocupação, mudar a sigla do partido. Os homens continuavam os mesmos. Foi nomeada uma comissão de imprensa do novo partido; nela se encontravam antigos opositores radicais ao movimento republicano.<sup>60</sup>

Os militares na ex-província reuniram-se e aderiram ao golpe realizado na Corte. O Comandante da Brigada, Coronel Francisco José Cardoso Junior recusou-se a assumir a ordem e a segurança do novo regime, “asseverando que o Conselheiro Marcondes podia contar com todo o seu apoio e de seus companheiros”,<sup>61</sup> dando um tom de possível rebeldia. Porém o Governo Provisório enviou telegrama “recomendando ao Coronel Cardoso Junior que mantivesse a ordem publica”.<sup>62</sup> Diante disso, Jesuino passou o governo para o Coronel Cardoso Jr. Portanto, o primeiro governador do Estado do Paraná, o Coronel Francisco Cardoso Junior, era um homem de inteira confiança política dos monarquistas que governavam a ex-província.

A partir desse momento, todos os principais chefes políticos do Paraná aderiram, sem exceções.<sup>63</sup> E os Partidos Republicanos — e, é claro, com suas respectivas dissidências — proliferaram, cada um dizendo-se mais autêntico que o outro.

A política não mudou. Os homens não mudaram.

59 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 18 nov. 1889.

60 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 18 nov. 1889.

61 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 18 nov. 1889.

62 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 18 nov. 1889.

63 Avolumam-se as cartas de adesão à República. Registramos algumas, como a do Barão do Serro Azul (PÁTRIA LIVRE, Paranaguá, 8 dez. 1889) e do Sr. Manoel Francisco Correia (DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 7 dez. 1889).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BALHANA; Altiva Pilatti; PINHEIRO MACHADO, Brasil; WESTPHALEN, Cecília Maria. *História do Paraná*. Curitiba, Grafipar, 1969. v. 1.
- 2 BENAKOUCHE, R. *Acumulação mundial e dependência*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- 3 CASALECCHI, José Ênio. *A proclamação da república*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- 4 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, jan.-dez. 1889.
- 5 GAZETA PARANAENSE, Curitiba, jan.-jun. 1889.
- 6 GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 2.ed. São Paulo, Ática-1978.
- 7 IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- 8 LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil, 1808 a 1939*. 2.ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.
- 9 MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba, Ed. Guaíra, s.d.
- 10 PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso paranaense*. São Paulo, 1970. Tese, Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- 11 PARANÁ. Governo. 1889 (Sá). *Relatório apresentado á Assembléa legislativa do Paraná no dia 15 de julho de 1889 pelo presidente da Província conselheiro Jesuino Marcondes d'Oliveira e Sá*. Curityba, Typ. Dezenove de Dezembro, 1889.
- 12 PÁTRIA LIVRE, Paranaguá jun.-dez. 1889.
- 13 PILOTTO, Oswaldo. Sinopse histórica do Paraná. In: GUIA Globo de exportação e importação do Paraná. Porto Alegre, 1953. p. 4-18.
- 14 SÁ, M.A.F. *Dos velhos aos novos coronéis*. Recife, PIMES, 1974.
- 15 SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: **BRASIL em perspectiva**. 9.ed. São Paulo, Difel, s.d.